PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS

Instituto de Ciências Econômicas e Gerenciais

Amanda Guimarães Guedes

**CONTROVÉRSIAS SOBRE O PROCESSO DE DISTRIBUIÇÃO DE RENDA NOS ANOS 70 E 80 NO BRASIL**

Belo Horizonte

2016

Amanda Guimarães Guedes

**CONTROVÉRSIAS SOBRE O PROCESSO DE DISTRIBUIÇÃO DE RENDA NOS ANOS 70 E 80 NO BRASIL**

Trabalho apresentado como atividade avaliativa da disciplina Economia Brasileira, no Curso de Graduação em Ciências Econômicas da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

Professor: Ario Maro de Andrade

Belo Horizonte

2016

SUMÁRIO

[1 INTRODUÇÃO 3](#_Toc453269791)

[2 OS IMPACTOS DO MILAGRE ECONÔMICO PARA A CONCENTRAÇÃO DE RENDA 4](#_Toc453269792)

[3 AS CONTROVÉRSIAS DA DISTRIBUIÇÃO DE RENDA NOS ANOS 70 4](#_Toc453269793)

[4 CONJUNTURA ECONÔMICA DA DÉCADA DE 1980 7](#_Toc453269794)

[4.1 A desigualdade social e a distribuição de renda na década de 1980 9](#_Toc453269795)

[5 CONCLUSÃO 10](#_Toc453269796)

[REFERÊNCIAS 11](#_Toc453269797)

# INTRODUÇÃO

O período militar de 1964 a 1985 apresentou diversas contradições na sociedade brasileira, o país participou de um período de crescimento exponencial, acompanhado de um agravamento ainda maior da distribuição de renda. A economia anterior ao Golpe Militar se encontrava estacionária, além de um estado de inércia econômica a inflação superava os 90% ao ano. A entrada do presidente Castelo Branco mudou as diretrizes do país. Para isso o presidente se direcionou para três objetivos principais: Restringir o crescimento da inflação, equilibrar as contas do governo e impulsionar o mercado de crédito.

 As três diretrizes do governo de Castelo Branco se oficializaram em um plano chamado PAEG – Plano de Ação Econômica do Governo. Foi elaborado pelo Ministro do planejamento e economista da época Roberto Campos e Otávio Gouveia de Bulhões, responsável pela Fazenda. A principal medida do plano foi a instauração da correção monetária mecanismo que passou a reajustar contratos, títulos públicos e dívidas tributárias com base na inflação passada. As medidas chegaram a ter resultados efetivos como a redução expressiva da inflação que caiu para 34% em 1965.

 Contudo para alcançar esses resultados e manter o controle da inflação a principal atitude do governo foi à contenção dos salários a partir de uma fórmula criada por Mário Henrique Simonsen. Segundo artigo da Folha de São Paulo (2010):

Para conter os salários, o PAEG introduziu uma fórmula que previa a reposição da inflação passada e a incorporação de parte da inflação projetada para o futuro. Invenção do economista Mário Henrique Simonsen, a fórmula impôs perdas aos trabalhadores, porque os cálculos do governo sempre subestimavam as projeções de inflação. (FOLHA DE SÃO PAULO, 2010, p.2)

A inflação crescente e a correção monetária desigual criavam um cenário perfeito para má distribuição de renda no país. A parte da população considerada das classes A conseguiam manter o poder de compra de seu capital com os investimentos em fundos bancários, toda via, a população de baixa renda via seu capital deteriorar dia após dia. Segundo os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2005), os 20% dos brasileiros mais pobres tinham 3,9% do total da renda nacional em 1960. Vinte anos depois, em 1980, esse mesmo um quinto da população concentrava apenas 2,8% de toda a renda produzida no país.

# OS IMPACTOS DO MILAGRE ECONÔMICO PARA A CONCENTRAÇÃO DE RENDA

O milagre econômico brasileiro foi um período marcado pelo intenso crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e da produção industrial, principalmente entre os anos 1968 e 1973. Nesta época, a economia brasileira foi beneficiada pelo grande crescimento do comércio mundial e pelos fluxos financeiros internacionais e assim, aumentou sua abertura comercial e financeira em relação ao exterior, aumentando a presença do capital estrangeiro por meio de investimentos diretos e de empréstimos (LACERDA et al., 2005).

Entretanto, Lacerda e outros (2005) ainda enfatizam que no período do Milagre Econômico, o crescimento econômico foi acompanhado por um agravamento das questões sociais. Destaca-se nesse período a presença do aumento da concentração de renda, a deterioração dos indicadores de bem estar social e a mudança qualitativa das condições de vida da maioria da população do país. O intenso crescimento durante o período do milagre econômico trouxe grandes benefícios para as classes de maior renda e para trabalhadores assalariados que forneciam o lado técnico da gestão da economia. O aumento da concentração de renda, ainda pode ser explicado como consequência da queda valor real do salário mínimo.

O salário mínimo real atingiu seu menor nível em 1969, com uma perda de 22% de seu poder de compra com relação a 1964. Houve certa recuperação até 1973, e uma nova queda em 1974, devido à alta da inflação [...]. O salário mínimo real sofreu uma perda de poder aquisitivo de 42% entre 1964 e 1974 (LACERDA et al., 2005, p. 122).

O crescimento dos salários depende fundamentalmente do dinamismo da acumulação de capital. Todavia, com o cerceamento das atividades sindicais e políticas o crescimento salarial não subiu ao mesmo nível do crescimento econômico. Deste modo, houve um agravamento de todo o quadro social do país, com um intenso crescimento da acumulação capitalista, beneficiado por altas taxas de lucro, resultantes da compressão dos salários dos trabalhadores, de maneira tão exagerada que chegou a ameaçar a continuidade do processo de crescimento (LACERDA et al., 2005).

# AS CONTROVÉRSIAS DA DISTRIBUIÇÃO DE RENDA NOS ANOS 70

O expressivo desempenho do Produto Interno Bruto do Brasil no período que vai desde o pós-guerra até o final dos anos 70 e o agravamento das disparidades de renda e das desigualdades regionais neste período levantou a questão da concentração de renda do país. (LACERDA, 1994). A distribuição de renda no Brasil passou a ser objeto de um amplo debate durante a década de 70, ficando conhecida como a “Controvérsia de 70” embasando constatação dos elevados índices de concentração de renda durante a década de 60 (GANDRA, 2004).

De acordo com Ramos e Bonelli (1999) o cenário brasileiro havia experimentado entre 1960 e 1970 um aumento na concentração de renda sem precedentes em relação aos outros países do mundo. Embora o aumento da desigualdade social na década dos anos 70 tenha sido menor do que nos anos 60, os censos mostraram que a distribuição de renda tornara ainda mais concentrada nos anos 70.

Segundo Gandra (2004) o aumento da concentração de renda na década de 60 era discutido por três correntes teóricas: a de Fishlow que culpava a compressão salarial ocorrida no governo Castello Branco entre 1964 e 1967; a de Langoni que mostrou como o crescimento acelerado (e a mudança da estrutura econômica para industrial) acabou por concentrar a renda via “efeito Kuznets” e via defasagem da oferta de mão-de-obra qualificada diante da sua demanda crescente como fonte determinante do elevado grau de desigualdade; e a de Bacha que acusava a abertura do leque salarial dos gerentes das firmas diante de lucros crescentes.

Lacerda (1994) ainda ressalta que o aumento das disparidades sociais tem ligação com o modelo de desenvolvimento da época, em que era pautado no processo de substituição de importações, que por si só implicava no processo de concentração de renda.

No dizer de Cacciamali (2002), no período de 1970-1980 o processo de concentração de renda prosseguiu de maneira menos intensa do que na década anterior, podendo ser afirmada pela queda do índice de Gini neste interregno de 0,565 para 0,592. A manutenção de altas taxas de crescimento econômico e a expansão do emprego urbano permitiram ganhos reais para todos os estratos de renda, embora os grupos mais elevados, especialmente os 10% mais ricos, tenham apresentado novamente taxas de crescimento da renda superiores aos demais. O coeficiente de Gini, entre 1960 e 1970, aumentou com maior intensidade entre a população economicamente ativa do setor urbano, enquanto na década seguinte o maior aumento ocorreu entre a população economicamente ativa do setor primário, podendo ser explicado pelo processo de modernização da agricultura que se intensificou nesse período.

Já nos anos 70, a política oficial de indexação dos salários que comprimia os pisos salariais das diferentes categorias profissionais deixou de ser aplicada pelos setores modernos privados da economia, com ação paralela à reorganização do movimento sindical, especialmente, após 1976, na região Sudeste do País. A política salarial passa a ser um sistema negocial conflituoso, no qual até os anos 80, os sindicatos reivindicavam com sucesso reajustes maiores para os estratos inferiores da escala salarial, levando a uma maior convergência salarial neste período (CACCIAMALI, 2002).

Conforme Ramos e Bonelli (1995) é importante avaliar se a expansão do nível de atividade no curto prazo teve algum efeito sobre o grau de desigualdade. A literatura do período diz que os trabalhadores mais qualificados são mais difíceis de repor, e por isso eles continuariam mantendo seus postos de trabalho quando enfraquece a demanda, ao contrário dos trabalhadores menos qualificados que por sua vez, experimentariam ou taxas mais altas de desemprego, ou mudança temporária para ocupações nas quais é menor a remuneração, ou redução de carga horária horas extras ou mesmo queda no salário. O efeito final seria um aumento na dispersão de salários e, portanto, da desigualdade. À medida que a atividade econômica se expandisse, o mecanismo operaria na direção oposta, com ganhos de renda relativamente mais altos para a mão-de-obra menos qualificada e redução da desigualdade, evidenciando assim a queda dos salários reais dos trabalhadores assalariados e o aumento da concentração de renda nos anos 70.

Hoffmann e Kageyama apud Cacciamali (2002) relatam que para os anos 70 o índice de Gini calculado de acordo com o conceito de renda familiar para o Brasil permaneceu quase inalterado na década, em decorrência a três motivos: maior número de membros por família que trabalham, menor tamanho médio das famílias e menor grau de desigualdade na Região Sudeste. Por sua vez, os indicadores calculados de acordo com o conceito de rendimento familiar *per capita* revelam que ocorreu uma redução sensível no índice de desigualdade. Este fato também é explicado pelo aumento do número de membros ativos por família e pela diminuição do tamanho médio das famílias, que declina de 4,8 para 4,4 membros.

Contudo, o quadro econômico, social e político do final dos anos 70 levaram a uma visão mais otimista em relação à questão distributiva. A administração do Presidente Figueiredo (1979-1985) institucionalizou a prática salarial que estava sendo adotada pelas negociações coletivas, indexando os salários de forma regressiva: aumentos maiores para as faixas de salários menores. O quadro institucional encaminhava-se para um regime democrático formal, a sociedade civil reivindicava não apenas liberdades políticas, mas também maior justiça social. Entretanto, o cenário econômico dos anos 80 frustraram essas expectativas.

# CONJUNTURA ECONÔMICA DA DÉCADA DE 1980

Segundo Marangoni (2012), a América Latina passou por significativas modificações que reduziram os níveis de crescimento da conjuntura econômica da década de 1980, o que assinalou o período denominado como “década perdida”. Indicadores como taxas de crescimento do PIB, taxas de inflação, poder de compra dos salários, taxas de nível de emprego e saldos do balanço de pagamentos refletiram a acentuada retração da produção industrial e estagnação da economia.

No que se refere a economia brasileira, toda a política desenvolvimentista que visava ampliar as bases de industrialização nacional sofreu intensa desaceleração no crescimento. Conforme Santagada (1990), durantes os anos 80, salienta-se que o endividamento externo se elevou, houve descontrole da inflação, queda nos recursos externos e internos direcionados aos investimentos, baixo crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e o agravamento da desigualdade social, preconizado pela concentração de renda e da propriedade rural.

Conforme Marangoni (2012), a conjuntura econômica dos anos 80 determinou o fim do ciclo expansivo e desenvolvimentista, iniciado em 1930, caracterizado por financiamentos externos e investimentos estatais na economia nacional. Ressalta-se que a entrada de capital externo no Brasil, por meio de investimentos diretos e, principalmente, empréstimos, foi significativa no modelo de desenvolvimento econômico da década de 1970. Isto é, a economia brasileira beneficiou-se do grande crescimento do comércio mundial e dos fluxos financeiro internacional para aumentar sua abertura comercial e financeira em relação ao exterior, culminando o período denominado “milagre econômico brasileiro”, principalmente, por meio da industrialização e da complementação à poupança doméstica.

Entretanto, houve elevado incremento do endividamento externo a partir do “milagre”, cuja explicação teria origem no excesso de liquidez internacional, que reduziu consideravelmente as taxas reais de juros e tornaram os empréstimos muito atraentes. Deste modo, a captação de recursos no exterior para repasse às empresas nacionais, sem uma necessidade estrita de empréstimos externos que financiassem grandes déficits em transações correntes, aumentou o endividamento externo brasileiro.

A elevação da dívida externa brasileira apontava os indícios de desequilíbrio interno, e o choque adverso oriundo da crise do petróleo elevou ainda mais a dívida, visto que o Governo Brasileiro precisava cobrir os altíssimos gastos com importação – o Brasil importava 85% do petróleo que consumia –no saldo da balança comercial. Deste modo, o esgotamento das reservas restringiu o pagamento aos credores que financiavam a economia brasileira apenas aos valores dos juros da dívida contraída. Conforme Arruda apud Santagada (1990, p.123) “o Brasil, entre 1979 e 1987, pagou US$ 82,5 bilhões de juros aos credores externos, pagamento esse que representou o equivalente a 28.512.000 salários mínimos”. Os agentes financeiros constatavam a incapacidade de pagamento das dívidas brasileiras, o que tornava elevadas taxas de juros e liquidez uma exigência de tais agentes (FURTUOSO, OMETTO, SILVA, 1995).

Deste modo, fez-se necessária uma política recessiva, cuja oferta de crédito se retraiu de modo a reduzir drasticamente a capacidade de investimentos. Assim sendo:

Foram verificadas reduções no PIB, sendo que o crescimento médio que era de 7% (anos 70) caiu para 2% na década de 80. Fora isso, as taxas internacionais de juros causaram um crescimento da dívida do Brasil com os EUA, além do aumento do déficit público. A dívida interna seguia o mesmo caminho, aumentando cada vez mais por causa da política fiscal expansionista do Governo brasileiro. (ARAÚJO, 2016).

Para, Furtuoso, Ometto e Silva (1995, p.405), as tendências de alta nas taxas de juros resultaram nos déficits das contas públicas e na elevação das taxas de inflação por meio de duas vertentes, que ocorreram “pelo seu impacto direto sobre os custos, cujo custo financeiro representou parcela crescente do custo total das mercadorias e pelo impacto indireto, via elevação dos custos fixos unitários ocasionada pelos seus efeitos recessivos”.

No que se refere ao fim do ciclo de oferta de crédito e juros baratos, Marangoni (2012) destaca que o governo de João Figueiredo, compreendido no período de 1979 a 1985, assumiu medidas econômicas determinantes para ajustar o desequilibro interno na economia brasileira. Assim, a moeda nacional deveria ser depreciada e as exportações fomentadas vis-à-vis o déficit verificado em transações correntes. Em função destas medidas, no final de 1979, o cruzeiro foi desvalorizado em 30%. Em continuidade, o autor afirma que:

A medida acentuou a desaceleração econômica, o descontrole inflacionário e o desarranjo nas contas públicas. Em 1980, a inflação bate a simbólica marca de 100% ao ano. Mesmo com a elevação dos preços dos importados, o balanço de pagamentos registrou enormes déficits. Em 1981, o país entrava em uma recessão que perduraria até o segundo semestre de 1982. (MARANGONI, 2012)

A instabilidade monetária e cambial, e a interrupção do fluxo de capital internacional remetidos ao Brasil foram aspectos preponderantes na formulação de futuras políticas que visavam minimizar o impacto da dívida externa. Nessa lógica, segundo Marangoni (2012) o câmbio sofreria uma maxidesvalorização de 30%, novamente, em 1983.

Conforme Santagada (1990), a política recessiva compreendida iniciada em 1981 fomentou a desaceleração no ritmo de expansão da indústria de transformação, que cresceu a baixos níveis – a taxa média anual de crescimento foi de 1,5% –. Ressalta-se que este setor assumia um dinamismo fundamental na economia, uma vez que o parque industrial brasileiro precisava aperfeiçoar seu aparato tecnológico para realizar atividades que envolvessem transformações – física, química e biológica – de materiais, substâncias e componentes para obter novos produtos, como as refinarias de petróleo.

# A desigualdade social e a distribuição de renda na década de 1980

Em função da preponderância dos aspectos que desestruturam a economia brasileira na década de 1980, ressalta-se a dificuldade verificada pelo Governo Brasileiro em gerir suas políticas sociais. O processo de modificação verificado acentuou o quadro de desigualdades sociais e concentração de riqueza no período analisado nesta pesquisa.

De acordo com o IPEA (1988, p. 18), o comportamento do índice de Gini apresentou tendência de se elevar, (de 0,562 em 1981 para 0,582 em 1983, para 0,588 em 1985 e para 0,577 em 1986). Isto posto, verifica-se a evidencia de que a recessão reduziu o nível de emprego, e, portanto, o nível de renda na economia brasileira. Draibe apud Marangoni (2012) afirma que:

No final da década de 1980, 48,6% da força de trabalho ganhava até dois salários mínimos e 27,2% da população ocupada recebia um salário mínimo. Para se ter uma ideia dos baixos valores salariais e da crescente concentração de riqueza, vale assinalar o comportamento de participação da massa salarial na renda interna total: cai de 40,79% em 1970 a 37,9% em 1980 e em 1989 estava estimada em 30%. (...) O Brasil ingressa nos anos 1990 com cerca de um terço de sua população em estado de pobreza. (DRAIBE apud MARANGONI, 2012).

Segundo Santagada (1990), a renda "per capita" nacional oscilou em torno de US$ 2.200 e o salário mínimo real deteriorou-se, perdendo o seu valor de compra no contexto inflacionário o qual a economia estava inserida. No dizer de Furtuoso, Ometto e Silva (1995, p. 408), no fim da década, verifica-se níveis de pobreza absoluta que evidenciam a significativa decadência da situação econômica das famílias brasileiras, “com o percentual de famílias com rendimento inferior a um salário mínimo se elevando de 20,8, em 1979, para 26,5, em 1990”.

# CONCLUSÃO

De acordo com a bibliografia analisada, entende-se que a economia brasileira vivenciou dois períodos distintos, assinalados por especificidades de políticas econômicas da década de 1970 e da década de 1980. Neste sentido, conclui-se que a década de 1970 foi composta por ações econômicas que visavam estimular a economia desenvolvimentista, financiada por investimentos estatais obtidos por meio do capital externo.

O contexto favorável perdurou até o momento de estagnação econômica em nível mundial, com a crise do petróleo. Deste modo, a economia brasileira não foi capaz de sustentar o "milagre econômico", uma vez que os desajustes externos acentuaram a contração do crescimento econômico e dos pontos de estrangulamento que necessitavam ser corrigidos.

Conclui-se que as controvérsias da distribuição de renda das décadas de 1970 e 1980 estão relacionadas às diversas tentativas de formular e aplicar medidas econômicas, mas, não verifica-se a distribuição de renda em nenhum dos períodos, somente o progresso menos intenso do processo de concentração de renda quando comparado com a década anterior. Isso ocorreu em função da concentração de renda e da ausência de atuação do Governo Brasileiro em questões de políticas sociais. A instabilidade econômica e o sistema financeiro não estavam condicionados a garantir a confiança necessária para recuperar a economia brasileira, ideia corroborada por elevadas depreciações da moeda nacional.

Finalmente, percebe-se que, na década de 1970, houve uma evolução nas bases de industrialização brasileira, que fomentou as atividades produtivas e, portanto, o crescimento da economia. Contudo, não se verificou desenvolvimento econômico em função da razão social contida no período. A fase de transição econômica, além de sofrer impactos do choque adverso da crise do petróleo, não conseguiu sustentar a política proposta no plano inicial. Além da ineficácia das práticas econômicas adotas no período anterior, a “década perdida” de 1980 expressou, significativamente, as condições da pobreza que assolava o Brasil.

# REFERÊNCIAS

BONELLI, Regis; SEDLACEK, Guilherme. **Distribuição de renda:** Evolução no ultimo quarto de século.1988.Disponível em:

<http://ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/TDs/td\_0145.pdf>

CACCIAMALI, Maria Cristina. **Distribuição de renda no Brasil**: persistência do elevado grau de desigualdade.2002**.**Disponível em: <http://www.fea.usp.br/feaecon//media/livros/file\_529.pdf>. Acesso em: 22 mai. 2016.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Especial economia na ditadura Militar**.2010.Disponível em: < http://arte.folha.uol.com.br/especiais/2014/03/23/o-golpe-e-a-ditadura-militar/a-economia.html>

IBGE (1976 A 1984). Pesquisa Nacional por amostra de domicílios. V. 1 a 4, tomo 8.

LACERDA, Antônio Corrêa de. et al. A crise de 1930 e o avanço da industrialização brasileira. In: REGO, José Márcio; MARQUES, Rosa Maria (Org.). **Economia brasileira.** 2. ed. São Paulo: Saraiva. Cap. 5, p. 70-82.

OMETTO, Ana Maria;FURTUOSO, Maria Cristina; SILVA, Marina Vieira. **Economia brasileira na década de oitenta e seus reflexos nas condições de vida da população**.1995.Disponível em:

< http://www.scielo.br/pdf/rsp/v29n5/11.pdf >